



Nº 1.262 - Considerar registrado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado denominado CCN TORRE NORTE (SWIR), no município do Rio de Janeiro (RJ); validade: de 5 (cinco) anos;

Nº 1.263 - Considerar registrado e aberto ao tráfego aéreo o aeródromo privado denominado Fazenda Esplanada (SWMI), no município de Brasilândia (MS); validade: de 5 (cinco) anos;

Nº 1.264 - Considerar renovado o registro e aberto ao tráfego aéreo o aeródromo privado denominado Terravista (SBTV), no município de Porto Seguro (BA), com validade até 31 de janeiro de 2012, e revogar a Portaria nº 941/SIE de 17 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº115, Seção 1, página 23 de 19 de junho de 2009;

Nº 1.265 - Considerar renovado o registro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado denominado HAVAN (SDUX), no município de Brusque (SC); validade: até 30 de setembro de 2014.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

RODRIGO FERREIRA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.258/SSO, DE 31 DE JULHO DE 2009

Aprova a autorização de funcionamento e homologação de cursos da Aeroavição Escola de Aviação Civil Ltda.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 71, de 23 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento, pelo período de 05 anos, da Aeroavição Escola de Aviação Civil Ltda., situada na Rua Romário Vidal, nº 634, Bairro Vila Yolanda, Foz do Iguaçu - PR, CEP: 85863-220, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 60800.080102/2008-72.

Art. 2º Homologar os cursos de Piloto Privado de Avião, parte teórica, e Comissário de Vôo, partes teóricas e prática, pelo período de 05 anos, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 60800.080102/2008-72.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES
DA SILVEIRA PELLEGRINO

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2009

O Secretário Executivo do Ministério da Educação, no uso das atribuições subdelegadas pelo Art. 2º, Portaria nº 1508, publicada no DOU de 17 de junho de 2003, de conformidade com a delegação de competência outorgada pela Portaria MP nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, e considerando o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve redistribuir:

Nº 921 -
Servidor: Cargo Vago
Cargo: Professor 3º Grau
Código da vaga: 0859124
Do: Ministério da Educação
Para: Universidade Federal de São Paulo
Processo: 23000.007251/2009-67

Nº 922 -
Servidor: Cargo Vago
Cargo: Fisioterapeuta
Código da vaga: 0248254
Da: Universidade Federal de Minas Gerais
Para: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Rio Verde
Processo: 23000.005426/2009-00

Nº 923 -
Servidor: Cargo Vago
Cargo: Bibliotecário-Documentalista
Código da vaga: 0205982
Do: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cuiabá
Para: Universidade Federal de Minas Gerais
Processo: 23000.005426/2009-00

Nº 924 -
Servidor: Cargo Vago
Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
Código da vaga: 0824452
Do: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - Campus Brasília
Para: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Goiânia
Processo: 23098.000164/2009-47

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 90, DE 30 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre o Observatório da Educação Escolar Indígena.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do Artigo 26 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Instituir no âmbito do Programa Observatório da Educação, em conformidade com o Decreto nº 5.803, de 08 de Junho de 2006, o Observatório da Educação Escolar Indígena, a ser implementado em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Art. 2º O Observatório da Educação Escolar Indígena tem por objeto a seleção pública de projetos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em educação que priorizem a formação de professores e gestores educacionais para os Territórios Etnoeducacionais, entendidos como os territórios, mesmo que descontínuos, ocupados por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais históricas, relações políticas e econômicas, filiações lingüísticas, valores e práticas culturais compartilhados.

Art. 3º Os principais objetivos do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena são:

I - Estimular a produção acadêmica, a formação de recursos graduados e pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado, visando ao fortalecimento da identidade e qualificação, valorização e

expansão da carreira docente na educação básica e superior intercultural indígena, por meio de financiamento específico;

II - Contribuir para a implantação e o fortalecimento dos Territórios Etnoeducacionais e promover o desenvolvimento de programas de graduação e pós-graduação stricto sensu e de redes de pesquisa no país que tenham como eixos de investigação a formação de professores e gestores de educação e a abordagem interdisciplinar de problemas de ensino-aprendizagem implicados na interculturalidade e nos usos bilíngües/multilíngües e nos processos próprios de aprendizagem das comunidades indígenas;

III - Apoiar a formação de pesquisadores capacitados para atuar na área de avaliação educacional e formação de docentes da Educação Superior e da Educação Básica Intercultural Indígena;

IV - Promover e implementar a formação inicial e continuada de professores, preferencialmente indígenas, a inserção e a contribuição destes profissionais nos projetos de pesquisa em educação e a produção e a disseminação de conhecimentos que priorizem atividades teórico-práticas presenciais e semi-presenciais;

V - Promover a formação dos professores dos cursos de licenciatura intercultural, visando ao fortalecimento da identidade, qualificação, valorização e expansão da carreira docente na Educação Básica e Superior Intercultural;

VI - Estimular o estabelecimento de parcerias e consórcios interinstitucionais que explorem ou articulem as bases de dados do INEP, como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira e fontes estratégicas para a tomada de decisão de gestores e educadores comprometidos com a melhoria de qualidade da educação pública.

Art. 4º Para o recebimento de projetos, a CAPES, a SECAD e o INEP, de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, lançarão editais estabelecendo as áreas a serem contempladas, valor do financiamento, calendário e outras informações pertinentes.

Parágrafo Único. Os projetos poderão ser apresentados por Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, que possuam programa de pós-graduação reconhecido pela CAPES.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 167, DE 15 DE JUNHO DE 2009

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, a Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, Portaria SETEC nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008 e suas posteriores alterações, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 6867 para execução do Projeto de Cooperação Interministerial de Pesquisa, Inovação e Capacitação no âmbito do Programa de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações em parceria com o Ministério da Educação, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 24.128.1008.6867.0001 - Capacitação de Multiplicadores

PTRES: 006923, Fonte de Recursos: 0174041059; PI: PPP06P5700P.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO

INSTITUIÇÃO	PROCESSO	NC	PF	TOTAL (R\$)
IF SUL - RIO GRANDENSE	23000.005055/2009-58	707	3958	8.440,00
IF CE - CRATO	23000.006108/2009-58	699	3948	6.000,00
IF PR	23000.006104/2009-70	693	3954	6.000,00
IF AL	23000.006107/2009-11	757	4052	10.440,00
IF RJ	23000.006106/2009-69	694	3953	18.000,00
IF SP	23000.004655/2009-07	692	3955	18.000,00
IF FLUMINENSE	23000.005058/2009-91	709	3956	12.000,00
IF PB	23000.004997/2009-19	697	3950	10.000,00
IF BA	23000.004545/2009-37	695, 755	3952	28.000,00
IF CE	23000.004654/2009-54	706	3959	8.000,00
IF SC	23000.005048/2009-56	708	3957	10.440,00
IF MT	23000.006105/2009-14	705	3960	10.000,00
IF FARROUPILHA	23000.005057/2009-47	704	3961	12.000,00
IF TO	23000.006103/2009-25	701	3964	6.000,00
IF GO	23000.005053/2009-69	797	4151	8.000,00
IF TRIANGULO MINEIRO	23000.005063/2009-02	875	4366	10.000,00
IF BAIANO	23000.065085/2009-13	700	3947	12.000,00
IF PI	23000.005059/2009-36	703	3962	20.880,00
IF GOIANO	23000.005060/2009-61	698	3949	6.000,00
IF RN	23000.005054/2009-11	696	3951	10.000,00
IF AM	23000.006657/2009-22	702	3963	22.760,00
IF NORTE MINAS	23000.008118/2009-28	721	3994	2.000,00
IF MG	23000.008415/2009-73	759	4073	8.000,00
IF PA	23000.008019/2009-46	710	3965, 4220	14.720,00
CEFET MG	23000.007997/2009-71	711	3966	22.000,00
IF RR	23000.007625/2009-44	712	3967	2.000,00
IF SE	23000.007847/2009-67	713	3968	4.000,00
IF RO	23000.007593/2009-87	714	3969	4.000,00
IF SUDESTE MG	23000.007591/2009-98	715	3970	4.000,00
IF SERTÃO PERNAMBUCANO	23000.007626/2009-99	716	3971	2.000,00
IF CATARINENSE	23000.071300/2009-15	717	3972	8.000,00
IF ES	23000.008119/2009-72	722	3993	18.000,00
IF RS	23000.008133/2009-76	723	3992	8.000,00
IF SUL MG	23000.067407/2009-69	724	3991	4.000,00
TOTAL				353.680,00